

Sumário

Capítulo 1

A regra do contraditório no Novo Código de Processo Civil e sua “possível” influência no Direito Processual Penal	19
<i>Denis Sampaio</i>	

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. O CONTRADITÓRIO NO ATUAL CPP	20
3. A REGRA DO CONTRADITÓRIO NO NCPC.....	21
4. A VISÃO CLÁSSICA DO PRECEITO JURISDICIONAL A PARTIR DA COLABORAÇÃO DAS PARTES NO PROCESSO PENAL.....	26
5. EFETIVA PARTICIPAÇÃO DOS ATORES PROCESSUAIS COMO NECESSÁRIA ALTERNÂNCIA DA CULTURA PROCESSUAL PELO MÉTODO DO CONTRADITÓRIO.....	28
6. O RESULTADO DO ESFORÇO ENTRE A PRODUÇÃO DE EFEITOS – O DIREITO À PROVA NO PROCESSO PENAL.....	35
7. UM EXEMPLO DE TENTATIVA DE VALORIZAÇÃO AO EQUILÍBRIO DAS PARTES NO DIREITO CONTINENTAL – A ATUAÇÃO DEFENSIVA PARA A DESCOBERTA DAS FONTES DE PROVA.....	37
8. AINDA COMO RESULTADO, O RECONHECIMENTO JUDICIAL DO CONTRADITÓRIO	39
9. CONCLUSÃO: A ANÁLISE DA REGRA DO CONTRADITÓRIO PARA O PROJETO DE REFORMA DO CPP	42
10. BIBLIOGRAFIA.....	44

Capítulo 2

Sobre a compatibilização da ampla defesa, do nemo tenetur se detegere, da boa-fé objetiva, do devido processo legal (penal) em prazo razoável e da cooperação – Influências principiológicas da Constituição da República e do Novo CPC no processo penal..	49
<i>Douglas Fischer</i>	

1. INTRODUÇÃO.....	49
2. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COMO ORDENADORES E DIRIGENTES DE AÇÕES AO LEGISLADOR E AOS LEGISLADOS.....	50
3. A INTERLIGAÇÃO DE PRINCÍPIOS E REGRAS ENTRE OS RAMOS DE PROCESSO, SEM QUE ISSO IMPORTE NA CRIAÇÃO DE UMA TEORIA GERAL. ASPECTOS PONTUAIS QUE MERECEM COMPREENSÃO SISTÊMICA.....	51
4. O DEVIDO PROCESSO LEGAL	52
5. A BOA-FÉ OBJETIVA E O PROCESSO PENAL	56
6. O DEVER DE COOPERAÇÃO E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	61
7. O NEMO TENETUR SE DETEGERE. ALCANCE DE SUA COMPREENSÃO	62
8. CONCLUSÕES.....	64

Capítulo 3

A construção de um processo penal cooperativo e a instalação do contraditório como direito de influência – aplicabilidade dos arts. 6º e 10 do novo Código de Processo Civil....	67
<i>Franklyn Roger Alves Silva</i>	

1. INTRODUÇÃO.....	67
--------------------	----

SUMÁRIO

2.	APLICAÇÃO DO NOVO CPC AO PROCESSO PENAL – A NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE UM SISTEMA PROCESSUAL COM PONTOS SEMELHANTES	69
3.	A COOPERAÇÃO DAS PARTES NO PROCESSO PENAL – ART. 6º DO CPC/2015	72
4.	A EMENDATIO LIBELLI E OPORTUNIDADE DE CONTRADITÓRIO – OS PARADIGMAS DOS ARTS. 9º E 10 DO CPC/2015	77
5.	REFERÊNCIAS	80

Capítulo 4

A cooperação jurídica internacional no novo Código de Processo Civil..... 83

Luiz Fernando Voss Chagas Lessa

1.	INTRODUÇÃO	83
2.	GLOBALIZAÇÃO, SOBERANIA E JURISDIÇÃO	84
3.	CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO, COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E REGRAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO NO DIREITO BRASILEIRO	89
4.	A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	97
5.	A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	98
6.	A RECUSA EM COOPERAR.....	104
7.	SOBRE OS DESTINATÁRIOS DAS REGRAS DE COOPERAÇÃO: COOPERAÇÃO JUDICIAL OU JURÍDICA. QUEM DEVE COOPERAR?.....	106
8.	O OBJETO DAS MEDIDAS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	110
	8.1. DO AUXÍLIO DIRETO	115
	8.2. DA CARTA ROGATÓRIA E DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA.....	120
9.	SOBRE A REPERCUSSÃO DAS REGRAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO PROCESSO PENAL	127
10.	CONCLUSÃO	135
11.	BIBLIOGRAFIA	136

Capítulo 5

Acordos processuais no processo penal..... 149

Antonio do Passo Cabral

1.	INTRODUÇÃO	149
2.	PREVISÃO DE INÚMERAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS EM DIVERSOS OUTROS ORDENAMENTOS JURÍDICOS	151
3.	CONVENCIONALIDADE EM CAMPOS DO DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO.....	154
4.	A TENDÊNCIA DE CONVENCIONALIDADE NO DIREITO PENAL E SANCIONADOR.....	158
5.	A POSSIBILIDADE DE NEGOCIAÇÃO EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	159
6.	AÇÕES COLETIVAS E TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	161
7.	O NOVO CPC E OS MECANISMOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO DOS LITÍGIOS	163
8.	A DIFERENÇA ENTRE NEGÓCIOS PROCESSUAIS E NEGÓCIOS DE DIREITO MATERIAL. A INDISPONIBILIDADE DO DIREITO NÃO IMPEDE A NEGOCIAÇÃO SOBRE O PROCESSO	164
9.	ALGUMAS DIFERENCIAÇÕES E ESBOÇO DE CRITÉRIOS PARA A CONVENCIONALIDADE: PROCESSO PENAL CONDENATÓRIO E NÃO CONDENATÓRIO, AÇÕES PENAS PÚBLICAS E AÇÕES PENAS PRIVADAS.....	165

SUMÁRIO

10. A RESOLUÇÃO Nº 118/2014 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	168
11. CONCLUSÃO	171
12. BIBLIOGRAFIA.....	172

Capítulo 6

Colaboração Premiada (Lei n. 12.850/2013): natureza jurídica e controle da validade por demanda autônoma – um diálogo com o Direito Processual Civil	179
---	------------

Fredie Didier Jr. e Daniela Bomfim

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE OS NEGÓCIOS JURÍDICOS	179
1.1. A TEORIA DO FATO JURÍDICO COMO UMA TEORIA PARCIAL DO DIREITO	179
1.2. SOBRE O CONCEITO DE NEGÓCIO JURÍDICO	181
1.3. SOBRE OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS.....	186
2. COLABORAÇÃO PREMIADA: NOÇÕES GERAIS E NATUREZA JURÍDICA	188
3. SOBRE O JUÍZO DE HOMOLOGAÇÃO DA COLABORAÇÃO PREMIADA	195
3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	195
3.2. CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS.....	198
3.3. A RETRATABILIDADE DO NEGÓCIO	199
4. A POSSIBILIDADE DE CONTROLE DE VALIDADE DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DO CONTRATO DE COLABORAÇÃO PREMIADA.....	203
5. A LEGITIMIDADE DE TERCEIROS EVENTUALMENTE ATINGIDOS PARA A PROPOSITURA DE DEMANDA DE CONTROLE DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DA COLABORAÇÃO PREMIADA	209
6. O INTERESSE DE AGIR NA DEMANDA DE CONTROLE DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DA COLABORAÇÃO PREMIADA	212
7. A INEXISTÊNCIA DE “PRECLUSÃO”, PELA NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELO TERCEIRO, QUANTO AO DIREITO AO CONTROLE DE VALIDADE DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA	214
8. CONCLUSÕES.....	220

Capítulo 7

Das medidas cautelares no processo penal: um esboço à luz do regramento da tutela provisória no novo CPC	223
---	------------

João Paulo Lordelo Guimarães Tavares

1. O PROCESSO PENAL E A PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	223
2. DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO PROCESSO PENAL.....	226
3. DA TUTELA CAUTELAR NO PROCESSO PENAL: ASPECTOS GERAIS	227
4. DO PODER GERAL DE CAUTELA NO PROCESSO PENAL	229
5. DA TUTELA PROVISÓRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E SUPLETIVA AO PROCESSO PENAL.....	231
6. CONCLUSÃO	233
REFERÊNCIAS	234

SUMÁRIO

Capítulo 8	
Verdade judicial e sistema de prova no processo penal brasileiro	237
<i>Eugênio Pacelli</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	257
Capítulo 9	
Repercussões em matéria probatória do novo CPC no processo penal brasileiro	261
<i>Américo Bedê Júnior</i>	
1. A CONDIÇÃO DE NORMAS HETEROTÓPICAS DO NOVO CPC. AS NORMAS RELATIVAS À PROVA DENSIFICAM DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. A NECESSIDADE DE O PROCESSO PENAL POSSUIR, NO MÍNIMO, AS MESMAS GARANTIAS DO PROCESSO CIVIL	261
2. A UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA NO PROCESSO PENAL. O ÔNUS DINÂMICO DA PROVA E A AUSÊNCIA DE EXPLICAÇÃO ALTERNATIVA DO RÉU. O CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. AUXÍLIO DIRETO	263
3. EXAME DE CORPO DE DELITO E O NOVO CPC	270
4. PROVA TESTEMUNHAL E O NOVO CPC	272
5. DA NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO PENAL. O CONSENSO PRECISA SER DISCIPLINADO	274
Capítulo 10	
A desconsideração da pessoa jurídica, seu tratamento no novo Código de Processo Civil e as medidas assecuratórias do código de processo penal.....	277
<i>Marcelo Navarro Ribeiro Dantas</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA NO DIREITO ANTERIOR AO NOVO CPC	277
2. ORIGENS DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	278
3. A DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NA LEGISLAÇÃO NACIONAL PRECEDENTE AO CC DE 2002	282
4. EXCEPCIONALIDADE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	286
5. UM ACÓRDÃO NOTÁVEL DO STF A RESPEITO DA MANUTENÇÃO DA AUTONOMIA PATRIMONIAL DAS PESSOAS JURÍDICAS EM RELAÇÃO A SEUS INTEGRANTES.....	289
6. REQUISITOS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	290
7. DEFICIÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO PRÉVIA AO CC DE 2002.....	294
8. PROBLEMAS DO CC DE 2002 EM RELAÇÃO À DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	296
9. OS AVANÇOS DO PROJETO DE NOVO CCOM.....	302
10. A QUESTÃO DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO	305
11. O NOVO CPC E O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	311
12. REPERCUSSÕES DA NOVA REGULAÇÃO PROCESSUAL DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NO CAMPO DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS PREVISTAS NO CPP	319
13. CONCLUSÃO	323
14. BIBLIOGRAFIA	323
Capítulo 11	
Dever de motivação das decisões judiciais no Novo Código de Processo Civil e reflexos na jurisdição criminal	327
<i>Rogério Schietti Cruz</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	327

SUMÁRIO

2.	SURGIMENTO MODERNO DO DEVER DE MOTIVAÇÃO.....	329
3.	EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO TEMA NO BRASIL.....	330
4.	ADEQUAÇÃO LEGISLATIVA E JURISPRUDENCIAL À NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL.....	331
5.	FUNÇÕES PROCESSUAIS E EXTRAPROCESSUAIS DA MOTIVAÇÃO.....	334
6.	O CONTEÚDO DO DEVER DE MOTIVAÇÃO.....	338
7.	VÍCIOS DA DECISÃO.....	341
	REFERÊNCIAS.....	355

Capítulo 12

	Correlação entre acusação e sentença: releitura da <i>emendatio libelli</i> à luz do contraditório sobre as questões de direito, no novo Código de Processo Civil.....	357
	<i>Gustavo Badaró</i>	

1.	INTRODUÇÃO.....	357
2.	PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	358
2.1.	CONTRADITÓRIO SOBRE QUESTÕES DE DIREITO.....	361
2.2.	O CONTRADITÓRIO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	366
3.	DA EMENDATIO LIBELLI NO PROCESSO PENAL.....	367
4.	DIVERSA DEFINIÇÃO JURÍDICA DOS FATOS E CONTRADITÓRIO SOBRE AS QUESTÕES DE DIREITO.....	369
5.	DIVERSA DEFINIÇÃO JURÍDICA DOS FATOS NO DIREITO COMPARADO.....	373
6.	DIVERSA DEFINIÇÃO JURÍDICA DOS FATOS NA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	375
7.	CONCLUSÕES.....	378

Capítulo 13

	Medidas coercitivas e proporcionalidade: o caso WhatsApp.....	379
	<i>Eduardo Talamini</i>	

1.	INTRODUÇÃO.....	379
2.	MEIOS PROCESSUAIS DE COERÇÃO.....	380
3.	A ATUAL RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS COERCITIVAS.....	382
4.	O PODER DO JUIZ PARA DETERMINAR MEDIDAS COERCITIVAS.....	382
5.	OS LIMITES DA MEDIDA COERCITIVA – A PROPORCIONALIDADE.....	383
6.	A RATIO DOS ENUNCIADOS DO STF SOBRE COBRANÇA ADMINISTRATIVA INDIRETA.....	384
7.	O CARÁTER PRAGMÁTICO DA MEDIDA COERCITIVA.....	385
8.	O BLOQUEIO COMO SANÇÃO PUNITIVA: INAPLICABILIDADE AO CASO.....	386
9.	DESproporção AXIOLÓGICA E EXORBITÂNCIA SUBJETIVA.....	387
10.	NADA DE TUDO OU NADA.....	390
11.	O CONTRADITÓRIO E A EFICÁCIA ULTRA PARTES.....	391
12.	A (IN)EFICIÊNCIA DA MEDIDA.....	391
13.	O QUE PODERIA TER SIDO FEITO.....	392
13.1.	COERÇÃO PATRIMONIAL: DA VIRTUALIDADE À CONCREÇÃO.....	393
13.1.1.	A LEGITIMIDADE DA CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL IMEDIATA.....	394
13.1.2.	A COMPETÊNCIA PARA A CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL IMEDIATA.....	396

SUMÁRIO

13.2. COMINAÇÃO DA MULTA À PESSOA DO ADMINISTRADOR DA EMPRESA.....	397
13.3. A COERÇÃO MEDIANTE PROPAGANDA: A OPINIÃO PÚBLICA COMO ALIADA.....	398
14. TERCEIROS REFÊNS.....	400
15. CONCLUSÃO	402

Capítulo 14

A fixação do valor mínimo da indenização cível na sentença condenatória penal e o novo CPC.....	403
<i>Antonio do Passo Cabral</i>	

1. INTRODUÇÃO. INCIDÊNCIA MÚLTIPLA E SISTEMAS DE INTERFERÊNCIA ENTRE AS JURISDIÇÕES CIVIL E PENAL.....	403
2. OBJETIVO DA FIXAÇÃO DO MÍNIMO INDENIZATÓRIO NA ESFERA CRIMINAL: CELERIDADE. ALTERAÇÃO DO PAPEL DA VÍTIMA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	407
3. A QUANTIFICAÇÃO DO DANO COMO PODER-DEVER DO JUIZ, CONDICIONADO À EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES.....	408
4. DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO. AMPLIAÇÃO LEGAL DA COGNIÇÃO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO SISTEMA ACUSATÓRIO OU À CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA	410
5. A PROTEÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL: VALOR MÍNIMO E RESTRIÇÃO DA COISA JULGADA.....	412
6. NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO	415
7. INTERESSE RECURSAL NA APELAÇÃO	417
8. FIXAÇÃO EM CAPÍTULO PRÓPRIO DA SENTENÇA. CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DO VALOR.....	418
8.1. FIXAÇÃO NAS HIPÓTESES DE COAUTORIA. A DIFERENÇA DAS RESPONSABILIDADES CIVIL E PENAL	419
8.2. CRIMES EM QUE O SUJEITO PASSIVO É O ESTADO. A EXECUÇÃO FISCAL E O CONCEITO DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA.....	421
8.3. A QUESTÃO DOS DANOS MORAIS	423
9. A QUESTÃO DOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA E A NOVA REGULÇÃO DO CPC/2015	425
10. CONCLUSÃO	427
11. BIBLIOGRAFIA.....	427

Capítulo 15

O Processo Penal e a nova disciplina da coisa julgada.....	431
<i>Alexandre Senra e Isac Barcelos Pereira de Souza</i>	

1. INTRODUÇÃO.....	431
2. PREMISSAS	431
2.1. A COISA JULGADA COMO UMA SITUAÇÃO JURÍDICA.....	431
2.2. A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO REGRAMENTO DA COISA JULGADA PREVISTO NO CPC/15 AO PROCESSO PENAL.....	433
3. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO CPC/15 NA DISCIPLINA DA COISA JULGADA E SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO PENAL	434
3.1. MUDANÇA NA DEFINIÇÃO LEGAL DO CONCEITO DE COISA JULGADA MATERIAL E A CONSAGRAÇÃO DA COISA JULGADA PARCIAL.....	434
3.1.1. REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL.....	436
3.2. ESCLARECIMENTO DE QUE SÓ HÁ COISA JULGADA EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES PRINCIPAIS EXPRESAMENTE DECIDIDAS.....	439

SUMÁRIO

3.2.1. REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL.....	440
3.3. INDISCUTIBILIDADE/IMUTABILIDADE DE DECISÕES QUE EXTINGUEM O PROCESSO, NO TODO OU EM PARTE, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.....	443
3.3.1. REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL.....	443
3.4. COISA JULGADA RELATIVA A QUESTÕES PREJUDICIAIS INCIDENTAIS.....	444
3.4.1. REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL.....	446
3.5. POSSIBILIDADE DE A COISA JULGADA BENEFICIAR TERCEIROS.....	449
3.5.1. REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL.....	450

Capítulo 16

Aplicação supletiva, subsidiária e residual do CPC ao CPP. Precedentes Normativos formalmente vinculantes no processo penal e sua dupla função. Pro futuro in malam partem (matéria penal) e tempus regit actum (matéria processual penal)	453
---	------------

Hermes Zaneti Jr.

1. AS PECULIARIDADES DO DIREITO PENAL E DO DIREITO PROCESSUAL PENAL: SISTEMA GARANTISTA E VEDAÇÃO AO JUÍZO POR ANALOGIA	453
2. PRECEDENTES NÃO SERVEM PARA COMPLETAR O TRABALHO DO LEGISLADOR EM MATÉRIA PENAL E PROCESSUAL PENAL: PRINCÍPIO DA RESERVA DE CÓDIGO	458
3. O CPC COMO LEI PROCESSUAL GERAL E NÚCLEO DO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO: APLICAÇÃO TRANSETORIAL.....	460
4. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA, SUPLETIVA E RESIDUAL DO CPC AO CPP.....	461
5. PRECEDENTES NORMATIVOS FORMALMENTE VINCULANTES NO PROCESSO PENAL E SUA DUPLA FUNÇÃO: PRO FUTURO IN MALAM PARTEM (MATÉRIA PENAL) E TEMPUS REGIT ACTUM (MATÉRIA PROCESSUAL PENAL).....	462
6. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO QUE FORMA OU MODIFICA PRECEDENTE E DIFERENCIAÇÃO DOS CASOS REPETITIVOS COMO TÉCNICA DE DECISÃO	464
7. CONCLUSÃO	465
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	466

Capítulo 17

Impactos do novo Código de Processo Civil nos recursos em processo penal	469
---	------------

João Guilherme Gualberto Torres e Marcellus Polastri Lima

1. INTRODUÇÃO.....	469
2. BREVES ANOTAÇÕES SOBRE AS INOVAÇÕES DO NOVO CPC	471
3. IMPACTOS DO NOVO CPC NOS RECURSOS EM PROCESSO PENAL.....	473
3.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	475
3.2. APELAÇÃO	481
3.3. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO E O REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS.....	489
3.4. OS RECURSOS CRIMINAIS EXCEPCIONAIS E A NOVA QUESTÃO: A EXECUÇÃO DA PENA APÓS A CONFIRMAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM SEGUNDO GRAU	497
CONCLUSÃO	503
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	504

Capítulo 18**Notas sobre admissibilidade dos recursos excepcionais e sua aplicabilidade ao processo penal.....****507***Danilo Knijnik e Gabriel Pintaúde*

1. INTRODUÇÃO..... 507
2. ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS 507
3. DESCONSIDERAÇÃO DE “VÍCIOS FORMAIS NÃO GRAVES” 518
4. ASSIMETRIA ENTRE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO 520
5. APLICABILIDADE DO REGIME AO PROCESSO PENAL..... 522

Capítulo 19**Embargos de declaração no processo penal: breve ensaio sobre o (necessário) diálogo com o novo CPC.....****525***Rodrigo Mazzei*

1. OBJETO DO ESTUDO 525
2. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A CF/88 526
3. O CPC/15 COMO EIXO DO DIREITO PROCESSUAL: E A FORMAÇÃO DE SISTEMA MAIS COESO EM RELAÇÃO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO..... 528
4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PROCESSO PENAL..... 530
 - 4.1. RESENHA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CPP ATUAL..... 531
 - 4.2. PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 532
5. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA LEGISLAÇÃO ATUAL E ALGUNS TEMAS IMPORTANTES..... 537
 - 5.1. NATUREZA JURÍDICA 538
 - 5.2. HIPÓTESES DE CABIMENTO 539
 - 5.3. REJEIÇÃO LIMINAR..... 541
 - 5.4. PRAZO PARA MANEJO..... 543
 - 5.5. PRESERVAÇÃO DO PRAZO PARA OUTROS RECURSOS..... 550
 - 5.6. AMPLA EMBARGABILIDADE..... 551
6. BREVE FECHAMENTO..... 553